

Parecer Técnico dos Planos de Estudo Tutorado do Estado de Minas Gerais

O presente documento é um parecer técnico sobre os Planos de Estudo Tutorados (PET) do Regime de Estudo Não Presencial (RENP), produzidos pela Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais (SEE-MG). O material analisado foi distribuído aos estudantes da rede pública estadual no último mês de maio, com o objetivo de substituir o ensino presencial pelas tele-aulas, durante o período de isolamento social causado pela pandemia da COVID-19.¹

O parecer foi realizado pelo Grupo de Estudos de África Pré-Colonial (GEAP-UFGM), do Grupo de Pesquisas Áfricas (UFGM), coordenado pela professora Vanicléia Silva Santos.

Nossa análise está concentrada nos enunciados e atividades propostas para a temática de História da África e dos Africanos no continente e na diáspora, tangenciando outros temas como o tráfico transatlântico de escravizados; regime de escravidão no Brasil; Abolição da escravidão no Brasil, bem como problemas conceituais e eurocêntricos que se estendem por todo o material analisado, em relação à história da África. Estes conteúdos foram avaliados a partir da historiografia atualizada sobre o tema, das legislações que regulamentam o Ensino de História e principalmente de História da África.

A legislação sobre a educação escolar e os materiais didáticos

A educação escolar no Brasil tem por finalidade “o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 2º, LEI 9.394 20/12/1996). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), tem por objetivo dispor sobre os direitos e deveres de estudantes, professores, gestores e toda sociedade, de forma a garantir a preparação de nossos estudantes para a vida em sociedade e promovendo uma gestão democrática e igualitária do ensino.

Ao lado da LDB, outros dispositivos foram elaborados visando garantir padrões mínimos de qualidade do ensino, minimizar disparidades educacionais

¹ Essa análise refere-se às apostilas do PET referentes ao mês de Maio, publicado no site oficial da SEE-MG para o RENP na modalidade de “Ensino Regular”.

entre as regiões brasileiras e sistemas de ensino (público e privado), como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), que tem como objetivo ser um referencial de qualidade para a educação no Ensino Fundamental em todo o País. Sua função é “orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores brasileiros, principalmente daqueles que se encontram mais isolados, com menor contato com a produção pedagógica atual”. (BRASIL, 1998).²

Atualmente, contamos também com a Base Nacional Comum Curricular que normatiza currículos e aprendizagens tidas como essenciais para a garantia da formação de cidadãos críticos, capacitados para refletir sobre a sua realidade e de seu entorno, intervindo de forma positiva e transformando a realidade social que está inserido.

Essa breve exposição tem por objetivo demarcar a importância de se atentar às normas, diretrizes e parâmetros elaborados pelos órgãos competentes em conjunto com profissionais da educação, que visam garantir o padrão de qualidade daquilo que se ensina e como se ensina (LDB, Art. 3º, inc. IX). Nesse sentido, o material da SEE-MG é uma demonstração profunda de inobservância da Lei 10.639/03, que dispõe sobre o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira e das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais para o ensino de História e da Cultura afro-brasileira.

Assim, diante das problemáticas observadas e com base na legislação, parâmetros e diretrizes, apresentamos a seguir a análise acerca dos materiais que envolvem o conteúdo sobre História da África, dos africanos e da diáspora no Brasil.

PROBLEMAS IDENTIFICADOS

1) Conceituais, metodológicos e históricos

Analisaremos primeiro alguns problemas que estão na **apostila de História do Primeiro Ano do Ensino Médio dos PET**. Nos conteúdos das Semana 2, 3 e 4, entre às (pág. 73 e 81) desconsidera-se muitas das pesquisas e livros publicados

² BRASIL. 1998. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Introdução. Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

por pesquisadores para entender as dinâmicas de outro período e sociedades, distantes de nossos valores atuais. Um exemplo é a atividade 2 da Semana 3 (pág. 78), que propõe a análise de um excerto de uma carta do Rei do Congo, Garcia II, datada genericamente como “século XVII”:

ATIVIDADE 2- Leia a questão abaixo e escreva no seu caderno a opção correta.
“[...] e em lugar de ouro, de prata e de outros bens que servem de moeda em outras regiões, aqui a moeda é feita de pessoas, que não são nem ouro, nem tecidos, mas sim criaturas. E a nós a vergonha e a de nossos predecessores, de termos, em nossa simplicidade, aberto a porta a tantos males [...]” (Garcia II, rei do Congo, século XVII).

Garcia II lamenta a ocorrência do tráfico de escravos a partir da **África** indicando que havia também a responsabilidade:

- a) dos europeus, que invadiram o continente e introduziram a escravidão.
- b) dos próprios **africanos**, que haviam participado desde o início da comercialização dos escravos.
- c) dos colonos americanos, que abriram as portas das novas terras para a entrada dos escravizados.
- d) dos próprios **africanos**, que estavam sedentos por metais preciosos como ouro e prata.

A questão apresenta problemas metodológicos e historiográficos gravíssimos:

- A carta do Rei do Congo, Garcia II, está completamente descontextualizada³. Antes de fazer uma análise de qualquer documento, é fundamental saber: quem escreveu, quando escreveu e para quem escreveu? Portanto, quem era Garcia II? Quando é data exata do documento? Para quem a carta estava endereçada? Quais as intenções do Rei do Congo ao escrever aquela carta? A compreensão do contexto implica diretamente no discurso do Rei Garcia II sobre a escravização e o tráfico de escravizados, bem como das dinâmicas internas ao território e do seu envolvimento com o tráfico Atlântico de escravizados.
- O enunciado refere-se apenas ao Reino do Congo, mas as opções de resposta referem-se ao continente inteiro (como indicam nossos grifos em **negrito**), levando, dessa forma, que o estudante, equivocadamente, tome um processo particular de um momento da

³ Esse tipo de descontextualização também aparece nas fontes apresentadas na Atividade 1 da Semana 1 (pág. 71-73) e nos versos da Atividade 1 da Semana 4 (pág. 80).

história do antigo Reino do Congo para aplicá-lo à todo o continente, ao longo de quase 400 anos.

- Uso de conceitos homogeneizante "África" e "africanos". É preciso esclarecer que **não havia uma identidade comum "africana" ou "negra"**, difundida entre os habitantes do que se convencionou chamar África, antes do século XIX. Como afirma Achille Mbembe, esses conceitos resultam de um longo processo histórico de produção de questões de raça no contexto Ocidental. Antes do século XIX esses grupos se organizaram a partir de outras categorias de identificação e não estavam isentos de relações de poder e de dominação que foram intensificadas com a chegada dos europeus. É muito importante, pontuar que o comércio atlântico instaurou uma demanda nunca antes vista de produtos e de escravizados e transformou a lógica interna de escravização para uma lógica de mercado que esvaziava o indivíduo de sua humanidade e lhe atribuía o caráter de mercadoria. Essa simplificação dos contextos Congoleses (centro-oeste), Senegambianos (Noroeste), Saarianos (norte) e Índicos (Sudeste) em "africanos" e dos indivíduos em sua diversidade sob a alcunha de "negro" enquanto categoria biológica e limitante seguem a mesma lógica das pseudo-ciências do século XIX que são a base do racismo contemporâneo.
- Por fim, a abordagem sobre o tráfico de escravizados acaba por responsabilizar os "africanos" pelo tráfico, e isso aparece em outros materiais de apoio disponibilizados na apostila. Ou seja, ignora-se uma larga produção historiográfica produzida há mais de quatro décadas sobre as diferentes dinâmicas do tráfico.⁴

⁴ CANDIDO, Mariana P. O limite tênue entre liberdade e escravidão em Benguela durante a era do comércio transatlântico, n. 47, p. 239-268, 2013; CANDIDO, Mariana. "Negociantes baianos no porto de Benguela: redes comerciais unindo o Atlântico setecentista". In: GUEDES, R. (org.). *África: brasileiros e portugueses – séculos XVI – XIX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2013; ALENCASTRO, L. F. de., *O Trato dos Viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

- As pessoas enviadas, de forma involuntária, das sociedades africanas envolvidas com o tráfico para o Brasil, foram as vítimas do tráfico humano e não as culpadas. Homens, mulheres, e crianças foram arrancadas forçadamente de suas famílias, de suas comunidades, e de seu continente e deportadas para o Brasil por traficantes de escravos portugueses, luso-brasileiros e outros que eram genuinamente brasileiros. As elites locais que participaram do tráfico não foram suas vítimas, tampouco.

Outro problema é que sem a mediação de um professor com outras leituras sobre o assunto, a atividade leva, inevitavelmente a uma interpretação simplificada do contexto do antigo Reino do Congo no século XVII. A história do continente africano não se limita à escravidão; e a história de um continente africano inteiro não pode ser contada de forma tão simplificada, pois prejudica o desenvolvimento de olhar positivo acerca da participação dos povos africanos na construção do mundo moderno e seus legados sociais, econômicos, tecnológicos, culturais e intelectuais.

Problema semelhante aparece na Atividade 2 da Semana 2 (pág. 76), sobre “reinos” e “países africanos”. Essa atividade sofre das mesmas fragilidades da questão anteriormente comentada. Veja o enunciado, a figura e as questões:

ATIVIDADE 2- Os infográficos são textos, em que há uma combinação da escrita, com imagem e cores para explicar um fenômeno ou processo de visão científica. Faça a leitura do Infográfico África berço da humanidade e do conhecimento. Para responder com eficiência às questões abaixo, faça uma pesquisa mais ampla na internet.

impressas estarem sendo disponibilizadas em preto e branco também impossibilita uma análise das cores que o próprio enunciado da atividade elenca como elemento fundamental desse material de estudo.

- Para além do problemas técnicos mencionados, os problemas conceituais são os agravantes da questão: há uma confusão entre os conceitos de “reinos” e “países”, pois as unidades políticas africanas são descritas e tratadas a partir de sua relação com o estrangeiro europeu e mercadorias de interesse externo, novamente simplificando os contextos internos e lhes negando uma história anterior à presença europeia no continente.
- Por fim, há um absurdo anacronismo entre as imagens das pessoas, (representadas de forma pobremente vestidas, em ambientes rurais ou de mineração) e os nomes dos países contemporâneos. Ou seja, a atividade pretende reforçar a ideia de que o continente permanece numa eterna pré-história, sem ter sofrido qualquer transformação nos últimos séculos. A figura simiesca que aparece no mapa também corrobora para associar as populações do continente africano com a ideia de primitivismo.

Vale ressaltar que os problemas apresentados correspondem à versão do infográfico selecionada para compor a apostila de História. É possível encontrar, com o acesso à internet, versões mais explicativas que não incorrem nos problemas citados. Aos alunos a quem o acesso a internet é restrito, porém, é legada a versão publicada nas PETS que mais desinforma do que ensina.

Um adendo importante é que alguns dos problemas em relação à abordagem de História da África e dos Africanos se repetem nas abordagens de História Indígena, como se observa nas atividades da Semana 1 desta mesma apostila, o que configura, portanto, completa inobservância à lei 11.645/2008.

2) “Escambo”, “Tribo”, “Chefe” e “Escravo”. O problema dos conceitos para o Estudo e Ensino de História da África

A Atividade 1, que está na página 80 da apostila possui uma citação descontextualizada do livro “Dialética da Colonização”, de Alfredo Bossi. Veja:

ATIVIDADE 1- Leia os versos abaixo e pesquise no dicionário as palavras que você não conhecer.

“Seiscentas peças barganhei: — Que Pechincha! — no Senegal A carne é rija, os músculos de aço, Boa liga do melhor metal. Em troca dei só aguardente, Contas, latão – um peso morto! Eu ganho oitocentos por cento Se a metade chegar ao porto.”

HEINE, Heinrich. Citado em: BOSI, Alfredo. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

Depois de ler o poema, analise qual das opções abaixo está correta em relação ao comércio de escravos. Agora copie a frase da sua resposta.

- a) aos grandes lucros conseguidos pelos **chefes tribais africanos** na venda de **escravos** aos europeus.
- b) à forma pela qual os europeus conseguiam adquirir metais preciosos em solo africano.
- c) ao comércio de **escravos** no continente africano e os altos lucros proporcionados aos europeus em decorrência dos produtos dados em troca.
- d) ao comércio de carne realizado na África mediante o **escambo**.

A questão apresenta os seguintes problemas

- O livro de Bossi, publicação primária da questão, possui o aviso prévio da necessidade de cuidados para sua utilização do poema e a questão não faz nenhuma contextualização prévia, do absurdo contido no tráfico de seres humanos escravizados, apenas perpetuando a mentalidade do racismo.
- Além disso, na alternativa A, há a utilização da terminologia “chefes tribais africanos” (grifo nosso na transcrição). Ora, unidades políticas como o Kaabu, Oyo, Ndongo, Congo que existiram durante a Era Moderna eram maiores em extensão e eram tão complexas em sentido político e social quanto qualquer país europeu à época, não cabendo a elas, portanto, a nomenclatura “tribo” e

a seus líderes o título de “chefe”. A arbitrariedade no uso dos termos para rebaixar os contextos africanos em relação aos europeus é a manutenção clara de um etnocentrismo ou seja uma ideologia de superioridade do mundo Ocidental. É necessário provincializar a Europa.

- O uso recorrente do termo escravo na questão também é indício de sua desatualidade historiográfica. As discussões historiográficas recentes caminham na utilização do termo *escravizado* ao invés de escravo, para salientar as características impositivas de tal condição de vida, e não tê-lo enquanto uma essência inerente ao indivíduo.
- Na alternativa D, podemos afirmar que Tratar o comércio em África por escambo (também grifado) é não dinamizar e complexificar as relações econômicas entre europeus e africanos. Essa abordagem reduz o comércio entre europeus e africanos na era moderna ao comércio de pessoas e, se muito, a metais preciosos, perpetuando a visão de África como um mero fornecedor de mão de obra escravizada ao homem branco. Este comércio era vasto e variado no sentido das mercadorias que nele circulavam, variando de lugar para lugar no continente africano.

A história e a antropologia, há décadas já alertam para os problemas de se utilizar termos carregados de etnocentrismo e inferiorização do “outro”, ainda mais quando comparado aos países europeus. Os usos dos conceitos destacados, “escambo”, “escravo” e “chefes tribais” corroboram para a manutenção de um tipo de ideologias de inferiorização do continente africano. Nomear e classificar também são uma forma de dominar de exercer poder. A manutenção do uso desses conceitos corrobora a manutenção de um ideal de dominação sobre os africanos no continente e na diáspora.

3) A ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO NO BRASIL VISTA COMO CONQUISTA DA ELITE

Outra questão que não contempla as atuais discussões historiográficas é a discussão acerca da **abolição da escravatura no Brasil**, (Apostila do 9º ano,

Ensino Fundamental, grade de História, Semana 1, pág. 52-53). Veja um excerto da apresentação de conceitos:

“[...]”

Desde o início do século XIX, a escravidão se apresenta como um regime de trabalho contrário a determinados interesses dentro e fora do nosso país. Havia a pressão de intelectuais, de fazendeiros de café do Oeste Paulista e até mesmo de setores do Exército.

Temendo uma queda brusca na produção agrícola, as elites agrárias, sem mais conseguir resistir às pressões, conseguiram, junto ao Senado e à Câmara, um acordo: realizaram a abolição dos escravos, substituindo o regime de trabalho, sem provocar uma grande perda em termos econômicos. Foram criadas diferentes Leis com o objetivo de realizar essa transição.”

Problemas do texto acima indicado para análise:

- Pra começar, o texto não tem autoria, nem tem título e nem data. Como é possível analisar um texto quando não se sabe quem escreveu, porque escreveu e quando foi escrito?
- O texto afirma que os principais motivos para o fim da escravidão foram as pressões internas de intelectuais, fazendeiros, exército e pressões externas, possivelmente se referindo às pressões britânicas contra o tráfico. Isso é totalmente equivocado, pois há dezenas de publicações sobre esse tema, que mostram que a classe política, bem como os fazendeiros eram os menos interessados no fim do tráfico, bem como no fim da escravidão no Brasil.⁵
- O texto não inclui os escravizados e ex-escravizados como agentes da própria liberdade. A perspectiva legalista da abordagem atribui as conquistas desses grupos escravizados ao poder institucional do Estado Imperial (“Senado e Câmara”). Essa enorme simplificação, sem a mediação especializada de um professor que domine o conteúdo, leva a compreensões equivocadas do período histórico e nega os

⁵ RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio – Propostas e experiências no Final do Tráfico de Africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000; PINTO, Ana F. *Escritos de Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista*. Unicamp: Ed. Unicamp, 2019.

diversos tipos de lutas e resistências empregadas pela população negra brasileira para conseguir a liberdade.⁶

As atividades 2 e 3, apesar de tentarem aprofundar a questão, não propõem uma discussão acerca dos conteúdos e sequer os introduz (pág 53).

ATIVIDADE 2

O que é um Quilombo? Procure no dicionário e registre aqui a sua descoberta:

O que significa Banzo? Procure no dicionário o significado da palavra e registre aqui.

ATIVIDADE 3 - É importante saber que, além dos quilombos, os escravos se manifestaram através de outras formas de resistência. Faça uma pesquisa na internet ou em livros didáticos que você vai encontrá-las. Registre no seu caderno e comente sobre elas.

A sugestão de realizar uma pesquisa no dicionário sobre o significado das palavras Quilombo e Banzo, não pode ser considerada enquanto um aprofundamento da questão, uma vez que incorre nos mesmos problemas metodológicos, em relação à historicidade dos conceitos, já citados anteriormente no tópico 1 deste texto.

Por fim, cabe ressaltar que a discussão sobre a abolição e lutas pela liberdade durante o período escravista é de extrema relevância social porque está no centro de disputas de narrativas na sociedade brasileira. Portanto, é necessário se ater às discussões com maior rigor teórico-metodológico a esse assunto, que não pode ser, de maneira alguma simplificado.

4) OS TERMOS “NEGRO” e “TRABALHO ESCRAVO” COMO SINÔNIMOS

Na apostila do 3º ano do Ensino Médio Regular, a Atividade 2 (pág. 82) é uma questão adaptada do vestibular da UDESC/2010.

⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009; GOMES, Flávio. *A hidra e os pântanos – Mocambos e quilombos no Brasil escravista*. Editora da Unesp, 2005; AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.

ATIVIDADE 2- (UDESC 2010)- Adaptada

“O Brasil é o café e o café é o negro.” Essa frase, comum nos círculos dominantes da primeira metade do século XIX, só em parte é verdadeira. O Brasil não era só café, como não era só açúcar. Além disto, a produção cafeeira iria prosseguir no futuro, sem o concurso do trabalho escravo. Mas não há dúvida de que nesse período boa parte da expansão do tráfico de escravos se deveu às necessidades da lavoura do café.” (FAUSTO, Boris. História do Brasil. 6 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.p.192)

Analise as assertivas em relação ao texto acima e depois copie em seu caderno a opção ou opções corretas:

I – O café brasileiro se desenvolveu com uso exclusivo da mão de obra do imigrante europeu, nas fazendas em Minas Gerais e São Paulo.

II – O tráfico de escravos sofreu um incremento dada a necessidade de mão de obra para as lavouras de café.

III – A produção de café continuou no Brasil, mesmo com o fim do trabalho escravo. Contudo, faltaram políticas que inserissem o liberto no mercado de trabalho assalariado.

O objetivo da questão é apresentar um pensamento da primeira metade do século XIX, entretanto, tal relação não é problematizada na citação, no enunciado ou nas possíveis respostas. Além disso a atividade associa o termo “negro” ao termo “trabalho escravo”. Cabe esclarecer que, durante o período escravista, uma pessoa negra poderia ter a condição de livre, liberta ou escrava. Ou seja, **ser negro não era sinônimo de estar na condição de escravizado, diferente do que a questão faz entender**. Essa associação entre os termos colabora com a manutenção de narrativas e representações sociais excludentes e insiste na noção de negros enquanto, homens-mercadoria. Além disso, a referida atividade e a discussão que ela acarreta se encontram em uma unidade posterior à Abolição da escravatura.

As dinâmicas da cafeicultura e das relações de trabalhos entre negros e brancos no período da Primeira República (1889-1930) não são as mesmas dinâmicas da escravidão Atlântica e um retorno a essas discussões de forma tão simplista é pouco formativo para o período da escravidão (1529-1888) e também para o período posterior. Nesse sentido, é fundamental que o material didático dê

elementos necessários para desconstruir imaginários preconceituosos e considerar a historicidade de categorias sociais, inclusive as que estiveram intrinsecamente relacionadas com os processos de racialização como é o caso do termo “negro”, construído social e historicamente e envolto em complexas dinâmicas sociais, como já mencionamos.⁷

5) UMA PERSPECTIVA EVOLUCIONISTA E EUROCÊNTRICA SOBRE AS SOCIEDADES AFRICANAS

Na apostila do 7º ano do Ensino Fundamental a unidade Temática de História tem por título “*O mundo moderno e a conexão entre sociedades africanas, americanas e europeias*”. Esse conteúdo, por sua vez, é apresentado de uma perspectiva eurocêntrica. As comunidades africanas, asiáticas e americanas foram mencionadas apenas nas três primeiras semanas, considerando-se a relação entre colônia e metrópole. Isso está equivocado! É importante ressaltar que nenhum país europeu (com raras exceções a serem discutidas) exerceu domínio político sobre o continente africano antes do século XIX. Historiograficamente, o período anterior a 1884 é denominado Pré-Colonial a fim de evidenciar a ausência ou instabilidade das relações “coloniais” enfaticamente trabalhadas pelo material da 3ª semana desta apostila como demonstra o excerto do texto introdutório dessa semana (pág. 61):

“[...]”

Entre colônia (o território dominado) e a metrópole (a nação dominante), se estabelecia o pacto colonial. Por esse “pacto”, a economia das colônias era regulamentada pela metrópole. No caso do Brasil, por exemplo, os habitantes eram proibidos de fabricar a partir das suas matérias-primas e eram obrigados a vendê-las exclusivamente para a metrópole e assim, comprar todos os bens manufaturados de que precisassem, obrigatoriamente trazidos pela metrópole.

O pacto colonial também incluía obediência política, ou seja, as leis na colônia eram as mesmas da metrópole.

Ao longo da Idade Moderna, a Coroa Portuguesa conquistou colônias em três continentes: África, Ásia e América.

⁷ GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: GOMES, Nilma Lino Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. cap.1 p.39 - 62; SILVA, Ana Célia da. A discriminação do negro no livro didático. Salvador: CEAO, CED, 1995.

Essas colônias sempre foram garantia de riquezas para a monarquia portuguesa, pois produziam mercadorias que eram vendidas na Europa por preços elevadíssimos.”

Na 4ª semana os autores apresentam as seguintes habilidades que o material deve desenvolver nos alunos: *“(EF07HI03X) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de organização social, cultural, política, econômica, religiosa e o desenvolvimento de saberes e técnicas.”* (pág. 62). Apesar disso, o conteúdo apresentado (abaixo) é uma linha do tempo sobre a evolução dos hominídeos e da espécie humana, período denominado “pré-Histórico” (pág. 63):

“Como você deve lembrar, a evolução humana começa há 6 milhões de anos atrás, nas savanas africanas, onde surgiram os primeiros hominídeos. Eles foram evoluindo, dando origem a diferentes espécies. Há cerca de 3 milhões de anos surgiu o primeiro ser humano, o Homo habilis ou Homo sapiens. Ele dará origem ao homo erectus, seu descendente que surgiu há 1,8 milhões de anos. Foi à primeira espécie humana a atingir outros continentes. Há cerca de 200 mil anos surgiu o Homo Sapiens sapiens. Há aproximadamente cem mil anos atrás, saiu do continente, em uma série de ondas migratórias, atravessou a Eurásia e atingiu as Américas. Ainda surgiram outras espécies como o homem de Neanderthal e o Homo floresiensis. Todas essas espécies desapareceram há mais ou menos 30 mil anos.

A influência da África e dos ameríndios no Brasil se evidencia no vocabulário, na religiosidade, na culinária, na dança, na música, na medicina, e na arte.”

Não nos ateremos aos possíveis equívocos biológicos evocados da equivalência entre os conceitos de “Seres Humanos” e “Hominídeos” ou entre as espécies “Homo Sapiens” e “Homo Habilis”, interessa-nos o discurso histórico.

A narrativa sobre África e América antes dos europeus se inicia remetendo a 6 milhões de anos no passado se encerra há 100 mil anos com a chegada do homo-sapiens nas Américas. Contudo, não há no texto escrito nenhuma menção à formação, desenvolvimento, lógica e funcionamento de nenhuma das diversas sociedades africanas ou ameríndias no intervalo de 100 mil anos atrás até a chegada dos navegadores europeus no século XV. A História da América e a

História da África aparecem na unidade que deveria desenvolver seus “aspectos específicos” como um grande hiato ahistórico de quase 99.500 anos. Essa perspectiva Hankeana de um continente sem história e a associação racista entre os povos não europeus com a eterna pré-história talvez seja a abordagem mais problemática de todas as apostilas analisadas e uma violação clara das leis de regulamentação de implementação do Ensino de História da África (10.639/2003) e de História Indígena (11.645/2008). Foi em nome desse “atraso civilizacional” e dessa permanência “pré-histórica” que se estruturaram todas as missões civilizadoras de colonização do continente no século XIX. É importante notar pelo período histórico (séc. XIX) que mesmo com a queda da legitimidade da escravização, o discurso de inferiorização de negros africanos e indígenas persistiu e reverberou na percepção de História da Semana 4 da apostila mencionada. Para piorar, o material que, em tese, deveria ser utilizado para romper com essa lógica de “povos sem história” está no subtópico “*Para Saber Mais*”, como complementar. Contudo, por exigir o acesso à internet e muitos alunos não tem como acessá-la, essa complementação não será universalizada, como o foram as noções equivocadas do texto principal dessa semana.

Considerações finais

O material distribuído pela SEE-MG referente ao conteúdo de História da África e dos afrodescendentes apresenta uma perspectiva eurocêntrica, elitista e desatualizada, contribuindo, assim para interpretações desconectadas das realidades locais e experiências plurais do continente africano e da história da população negra no Brasil. O material analisado não observa as normas que regulam o ensino de História, bem como desconsidera importantes pesquisas produzidas pelas universidades sobre os temas em tela.

As defasagens identificadas no material de ensino da SEE-MG interferem negativamente na promoção de uma educação de qualidade e com vistas à promoção da equidade racial.. Os dispositivos legais educacionais propõem que, por meio de conteúdos adequados, o ensino deve promover a construção da cidadania, deve educar para a promoção da igualdade racial. A escola, por meio dos

materiais, deve romper com toda forma de racismo, e não reforçá-lo. Estudantes negros e negras serão ridicularizados por meio destes materiais e terão suas vidas e futuros comprometidos.

Enquanto elaborávamos esse parecer, várias pessoas negras, entre elas, muitos jovens foram assassinados pela polícia no Brasil. De onde nasce a ideia que legitima a morte de jovens negros da periferia? A população brasileira (entre estes autoridades, policiais, o guarda do supermercado, o professor, a professora, a diretora da escola, a secretária de educação, o governador, o presidente) foi instruída com base em mentiras, entre as quais se destaca a crença de que existem seres humanos inferiores e superiores, raciocínio que fora fundamentado por movimentos da sociedade e da pseudociência, por vários anos, como os pressupostos eugenistas. Essas mentiras foram divulgadas pelas teorias raciais e pelos materiais didáticos. Nessa perspectiva, considerava-se os brancos como seres humanos e os negros não. Essa educação baseada em mentiras define e atribui valores humanistas e civilizatórios a determinados sujeitos, em detrimento de outros. **Definindo, assim, quem permanece na escola e quem sai dela, porque a escola é também um ambiente opressor e um campo de disputas sociais.**

Esse modelo educacional perpetuado em nossa sociedade é baseado em estereótipos do povo negro, construídos a partir de escritos eugênicos, como aqueles produzidos por Nina Rodrigues, que associavam negros à criminalidade. É esta mesma premissa falaciosa e eugênica que ainda hoje define quem são os sujeitos mais "suspeitos", que sempre são detidos pela polícia ou ainda define aqueles que não tem a chance de se defenderem e são exterminados à luz do dia, pela nossa necropolítica de segurança. Toda validação para estas mazelas sociais que vivenciamos, nasce nas escolas quando não estamos comprometidos com uma postura antirracista.

Para combater o racismo e evitar as evasões de pessoas negras das escolas é importante adotar-se uma postura antirracista: conhecer as histórias e as culturas de origens africanas e afro-brasileiras, ressaltando a perspectiva a visão destes povos como sujeitos históricos; superar a construção de estereótipos e versões

únicas de suas histórias, que nos foram contadas por colonizadores e outros sujeitos que menosprezaram o conhecimento e a diversidade sociocultural daqueles povos; lutar contra ideias preconceituosas e generalizantes sobre os negros; denunciar o racismo e a discriminação racial e construir instrumentos educacionais que façam jus a esta postura antirracista.

Assim, o estudo sobre a história da África e da diáspora africana deve incluir material qualificado e atual, pois se constitui numa ferramenta poderosa na luta antirracista. Nós, do GEAP acreditamos nestas ferramentas e posturas para promover uma educação baseada na promoção da equidade racial. Como as apostilas analisadas neste parecer não contribuem para esse fim, aconselhamos que esse material seja removido e que sejam contratados profissionais competentes e especializados para fazer a revisão dos conteúdos citados.

06 de Junho de 2020,
Grupo de Estudos de África Pré-Colonial
da Universidade Federal de Minas Gerais (GEAP-UFMG)

Links dos Materiais Analisados:

- **Site Oficial do Regime de Estudo Não Presencial:**

<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/>

- **Apostilas do Ensino Fundamental Regular:**

Anos Iniciais:

<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ens-fund-anos-iniciais>

Anos Finais:

<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ens-fund-anos-finais>

- **Apostilas do Ensino Médio Regular:**

<https://estudeemcasa.educacao.mg.gov.br/pets/ensino-medio>